

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM

Alice Gritti, Edilaine Fernandes de Melo, Silvana Pereira Cardoso de Oliveira

Resumo

O presente trabalho possui como objetivo geral verificar a interferência do preconceito linguístico na aprendizagem dos alunos do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública e rural localizada no interior de São Paulo. Este estudo visa compreender as variações linguísticas, principalmente as geográficas, e como o preconceito linguístico, que é evidente na sociedade brasileira, pode influenciar na aprendizagem. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica de autores renomados referente ao tema e a pesquisa de campo estritamente qualitativa. Esperamos que com este trabalho os educadores se atentem aos mecanismos de preconceito e discriminação disfarçados de teorias no ambiente escolar e que possam trabalhar a gramática internalizada de seus alunos, sem que haja exclusão.

Palavras-chave: preconceito linguístico; variação linguística; ensino; educação.

1. Introdução

Em nosso país encontramos uma grandiosa “pluralidade” linguística, levando-se em consideração suas diversas regiões. Observa-se, as mais diversificadas línguas em um mesmo sistema, como por exemplo os sotaques existentes e que se diferem por regiões e inclusive dentro das mesmas.

O ensino tradicionalista faz com que se enfatize o “certo” e o “errado”, refletindo negativamente no comportamento dos alunos diante do que se apresenta de forma diferente, onde o aluno não discerne que outras formas de comunicação não são “erradas”, e sim uma variação, que faz parte da comunicação.

Faz-se necessário que no contexto escolar, o ensino não se atenha apenas a norma culta da língua portuguesa, como se fosse única e imutável, desprezando as demais, trazendo à tona o preconceito e o bullying.

Este tema surgiu a partir da observação de que a língua portuguesa vem sendo trabalhada de forma mecânica, como se apenas a gramática correta importasse e fosse, portanto, a regra geral, sem possibilidade de mudanças em nossa língua.

O presente trabalho irá investigar o quanto o preconceito linguístico influencia na vida dos alunos e na sua aprendizagem, onde faremos um estudo de caso em uma escola pública rural do interior de São Paulo.

Levantamos também, uma pesquisa bibliográfica, de autores que dissertam acerca do preconceito linguístico, para assim buscarmos, apontamento de soluções viáveis, para sanar este problema.

2. Objetivos

O presente estudo possui como objetivo geral verificar a interferência do preconceito linguístico na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental de uma escola pública e rural, localizada em uma cidade do interior de São Paulo. O objetivo surgiu após a professora responsável pela classe identificar a dificuldade da escrita, que é causada pela variação linguística devido a maioria dos alunos provir de diferentes regiões, como por exemplo, do Nordeste.

São objetivos específicos:

- Levantar dados bibliográficos referente ao assunto preconceito linguístico;
- Identificar o preconceito linguístico em sala de aula;
- Analisar como esse preconceito interfere na aprendizagem dos alunos;
- Determinar uma forma de conscientizar os alunos sobre o preconceito linguístico;
- Descobrir quais tipos de atividades podem ser trabalhadas com os alunos, afim de auxiliar na escrita correta, que sofre intervenção da fala.

3. Justificativa

A escolha do tema deste trabalho se faz importante diante da realidade em que estamos inseridos, pois vivemos em um país riquíssimo culturalmente, com uma ampla diversidade linguística. Diante disso, fica evidente que como qualquer outro tipo de pré-conceito; o linguístico fica evidente na sociedade brasileira.

Muitos são os casos de preconceito linguístico, principalmente no ambiente escolar. Como por exemplo professores que sofrem por se expressarem de forma diferentes da norma padrão, tida erroneamente como regra definitiva.

Visto que, já existe a bastante tempo, estudos na área, que demonstram que o sistema linguístico não é imutável e que os sujeitos falantes e suas línguas se modificam de acordo com suas realidades sociais e sus diferenças culturais/ regionais.

Desta forma, vimos a necessidade de abordar esse tema, que de fato é interessante e bem amplo e a questão principal pertinente a este tema, que se trata de que forma o preconceito linguístico interfere na aprendizagem?

Assim, visamos atrair a atenção e a reflexão para este assunto que por sua comprovação nesta interferência do desenvolvimento do sujeito/aluno, faz que seja necessário novas abordagens por partes dos docentes, principalmente da área de letras, para que se compreenda a importância da diversidade linguística no Brasil.

4. Referencial Teórico

4.1. As variações linguísticas

A linguagem dos brasileiros não é absolutamente idêntica e apresenta mais de um ponto de variação, afinal o português é uma língua heterogênea, pois está submetida a uma diversidade, que pode partir de uma variação geográfica, sociocultural, individual e temática. Segundo Castilho e Elias:

Cada uma dessas variações, por sua vez, é organizada por um conjunto de usos linguísticos considerados relevantes para a sua caracterização. Esses usos são tecnicamente conhecidos como variantes. Com isso, entende-se por variação a manifestação concreta das variantes, e por variedade a soma das variações (CASTILHO e ELIAS, 2011, p. 449).

O Brasil se constitui de uma vasta mistura intercultural, assim podemos constatar que a nossa cultura é diversificada e nossa língua é, em suma, reflexo disso tudo, desta forma é inegável o fato de que as diferenças dialetais irão existir.

Assim podemos constatar, a partir da citação a seguir, extraída dos PCN's (1998) que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil, haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (BRASIL, 1998, p. 29).

A língua, seja ela falada ou escrita, sempre se adequa ao seu contexto, a evolução trouxe uma infinita variedade linguística, onde “os seres humanos a usam para se comunicar, viver em sociedade e com ela se relacionar” (GOMES, 2011, P. 64).

Ainda segundo Possenti:

Todas as línguas variam, isto é, não existe nenhuma sociedade ou comunicação na qual todos falem da mesma forma, como em todas as sociedades, existem algumas diferenças entre os indivíduos ou grupos, e estas diferenças se refletem na língua (POSSENTI, 1996, p.33).

A variação linguística estará presente em qualquer lugar, e ela decorrerá de vários fatores, como gênero, status social, região etc. Devemos utilizar tais fatores a favor da educação, afinal do ponto de vista linguístico não existe certo ou errado, mas variações que se constituem de sistemas adequados no que se refere às necessidades dos falantes, levando em consideração suas práticas.

De todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível, pois logo quando conversamos com alguém percebemos se esta pessoa é ou não originária de nossa região. Uma língua naturalmente conterà diferentes dialetos relacionados aos espaços geográficos que ela ocupa

Bagno (2007) compara a língua como um iceberg na qual a norma culta é aquela parte superficial que flutua na superfície do oceano e a língua é a parte que fica para as profundezas que, justamente é a língua viva e que é utilizada pela grande parte do povo brasileiro, enquanto que a gramática normativa é a menor parte.

É importante acolher as diferenças e apreciar essa diversidade, principalmente no ambiente escolar, pois essas variações linguísticas não são obstáculos, e sim um sinal de que a língua continua viva e em evolução constante, afinal “uma língua que só apresenta um só estilo já não é uma língua viva” (BECHARA, 2009, p. 25).

4.2. O preconceito linguístico

Nosso país possui uma extensão territorial imensa e está dividido por regiões onde umas são mais desenvolvidas e outras menos desenvolvidas, alunos que vem dessas regiões menos desenvolvidas acabam sendo vítimas de chacota e desdém.

O preconceito linguístico é fruto do preconceito social, praticado sobre aqueles que sofrem mais estigmas da sociedade, acusados de deturpar a língua. Isso prejudica não só a formação educacional, mas social do indivíduo.

É uma forma de rejeição humilhante que denigre o sujeito, além de ser uma pressão psicológica de constrangimento. O maior dos preconceitos é o linguístico, porque ele está enraizado culturalmente.

Segundo a supracitada autora, é mais fácil para as pessoas viver de acordo com os valores éticos, morais e estéticos do que aceitar a variação da língua, uma vez que os usos variáveis estão associados à camada da sociedade menos prestigiada. Além do mais, esses mesmos autores sociais (usuários da língua) valorizam o uso da norma, aceitando, portanto, o estigma que lhes são imputados, de que falam “errado”, de que não conhecem a própria língua.

O preconceito é alimentado por eles mesmos. O prestígio relacionado ao português-padrão pode até ser questionado, mas não negado, pois o comportamento em relação à língua “é um indicador da estratificação social”. O que poucos se dão conta é que a variação linguística não é “privilegio” dos não escolarizados, pois a variação também atinge a norma culta (CARVALHO, 2009).

Tal preconceito situa-se na existência de uma língua padrão e em uma língua não-padrão e por existir essa diferença começa o chamado caos linguístico defendido por Tarallo (1994) que é justamente a presença de mais de uma variação existente em uma sociedade. Ainda segundo os PCN’s (1997) “[...] há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar [...] é comum considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas” (BRASIL, 1997, p.26). É como se quem falasse um dialeto diferente da norma padrão estivesse cometendo erros.

O ensino tradicionalista pode ser considerado o grande vilão por perdurar esse tipo de preconceito, pois o mesmo é realizado com base em uma língua que não é habitual aos alunos, que começam a notar um grande distanciamento de sua fala com relação ao que lhe é ensinado em sala de aula.

Segundo Marcos Bagno:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe (...) uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico como “errada, feia, rudimentar e deficiente” (BAGNO, 2006, p. 40).

Neste cenário, a posição incorreta da escola, em relação ao ensino da língua portuguesa, é a de que os alunos das camadas populares, falantes de variante não-padrão, ignorem a sua variedade linguística substituindo-as pela única variedade aceita como “correta”, a variedade padrão das classes dominantes.

O problema do preconceito disseminado na escola e na sociedade “deve ser enfrentado como parte do objeto educacional mais amplo de educação para o respeito a diferença”. (BRASIL, 1997, p.31).

Existem muitos mecanismos de preconceito e discriminação disfarçados de teorias no ambiente escolar, por isso o professor deve sempre se questionar o que se ensina e como se ensina, e somente assim, como defende Bagno (2002), sabotar o preconceito, formando-se e informando-se.

4.3. O papel da escola

O professor precisa refletir sobre como trabalhar as diversidades linguísticas, sobretudo a fim de extinguir o preconceito linguístico, que segundo Scherre (2008, p. 12) é definido como “mais precisamente o julgamento depreciativo, jocoso, e conseqüentemente humilhante da fala do outro.”

Nesta percepção, o papel da escola é o de contemplar a variedade linguística dos alunos, sem abolir a norma culta que também é de grande valor. É preciso discutir sobre cada variante linguística e seu valor social.

Deve-se ter consciência que no processo de aquisição da escrita, é preciso ser considerado o conhecimento que o aluno já traz consigo, pois ao entrar na escola, ele já carrega uma experiência linguística adquirida no seu dia a dia. Ele utiliza regras próprias do dialeto de sua comunidade. Sendo assim, o aluno não pode adentrar no contexto escolar e esbarrar em uma realidade totalmente oposta à sua.

É necessário o ensino da gramática, mas não se deve esquecer que os alunos vivem em contextos diferentes.

A escola moderna se envolveu num emaranhado de teorias e métodos, mas se afastou de fato, da realidade de seus alunos. O que fez a escola? Creio que nem ela própria sabe explicar. É preciso recuperar o fio da meada e começar a tecer de novo, não ao acaso, nem de maneira mais complicada do que o próprio mundo, mas na justa medida das coisas (CAGLIARI, 1996, p.22)

Atualmente a escola se preocupa em embutir a gramática normativa sem antes perceber que o aluno já possui uma gramática interna, que o acompanha até a escola, e trata como erro sua bagagem linguística.

O ideal seria começar a adaptar o uso inverso dessas concepções de gramática em sala de aula nas aulas de português, começando pela gramática internalizada, seguindo para a descritiva e por último, a normativa.

Segundo Possenti (2008, p.17) no caso específico do ensino do português, “nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino na escola”. A escola tem o dever de ensinar a norma padrão, mas não o direito de menosprezar o aluno que se utiliza de uma variação linguística desvalorizada pela sociedade.

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, p.21).

Se o aluno não puder se expressar da forma que sabe, ele acabará não expressando suas ideias, conceitos, sentimentos, etc.

Deve-se ensinar que o uso da língua, serve a diferentes propósitos, tanto na fala como na escrita. O aluno deve entender que existem graus de formalidade distintos, pois a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual grau de formalidade utilizar em determinados contextos.

Para autores como Bagno e Possenti a gramática normativa deveria ser, segundo eles, a última ciência a ser ensinada nas escolas, ficando em primeiro plano: a escrita, reescrita, interpretação, leitura, interação e debate.

O professor, antes de tudo, deve ser compromissado com a educação, além de facilitar o processo cognitivo do aluno em relação ao “bom uso” do português.

Bortoni-Ricardo (2005, p.26) alerta para uma análise prévia da comunidade de fala, em relação ao repertório verbal, o qual o aluno aprende em seu ambiente social. Com isso, o professor estará se isentando de preconceitos e oportunizando ao aluno um maior interesse pela língua, favorecendo assim o processo de aprendizagem.

5. Metodologia

Nosso estudo se desenvolverá em duas fases, sendo elas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, estritamente qualitativa. Segundo Goldengerg (2000, p. 53) “Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.” A pesquisa bibliográfica será feita através da leitura crítica de livros, revistas, teses, sites, entre outras fontes, para recolher o máximo de informação possível sobre o assunto em estudo, o que nos permitirá, também, estar mais preparadas para o processo durante a pesquisa de campo, tendo maior domínio sobre o conteúdo. Conforme Carvalho (2000) “a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema.”

A pesquisa de campo acontecerá em uma escola rural do município do interior de São Paulo, que tem como público-alvo crianças procedentes de famílias carentes. Muitos deles, migrantes advindos de cidades da região Nordeste, que carregam consigo seus antecedentes culturais. A pesquisa de campo será dividida em três etapas: observação, entrevista com a professora e também com os alunos desta escola.

Como critério para a escolha da série/ano, foi levado em consideração o fato de que os alunos ainda estão em fase de construção dos conhecimentos gramaticais, fato que viabiliza encontrar mais variedades linguísticas que não se restringem somente a norma padrão.

6. Coleta de dados

6.1. Observação

O período de observação foi de 3 dias, tempo necessário para que fossem constatados os traços de oralidade dos alunos e também da professora.

Para Lakatos (2010, p.173),

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Atentando-se às falas dos alunos, passaram a ser anotados os nomes daqueles que falavam com uma variedade que fugia à da norma padrão.

Observando o perfil dos mesmos, com base no que informaram, nota-se que uma parcela da classe reside como caseiros nas fazendas que compõe os arredores da escola e a outra parte reside em um bairro da periferia da cidade. É uma população onde, em sua grande maioria, os informantes são descendentes de mineiros e nordestinos.

6.2. Entrevista

A entrevista foi realizada com a professora regente da sala, após ter sido concluído o período de observação. O roteiro das perguntas utilizado durante a entrevista foi o seguinte:

1. Quais as principais diferenças linguísticas que você percebe nesta sala?
2. Você tem o costume de corrigir o aluno que fala de forma “diferente”?
3. Você considera importante o trabalho com a oralidade em sala de aula?
4. Como você trabalha com a oralidade em sala? (Estratégias/metodologia)

5. Qual o seu critério para selecionar os alunos para fazer a leitura em voz alta para a sala toda?
6. Você acha que essa variação linguística acaba atrapalhando em alguma coisa? Em relação à aprendizagem?

Logo após a entrevista com a professora, houve uma roda de conversa com os alunos, onde puderam falar abertamente sobre o tema levantado. Algumas das considerações que surgiram foram as seguintes:

1. Quem aqui acha que fala diferente em relação aos demais colegas de sala ou da professora? De que forma?
2. E vocês acham que isso atrapalha?
3. Por causa do modo de falar, alguém aqui já foi vítima de bullying na escola? Alguém já riu de vocês ou fez comentários desagradáveis por causa disso?
4. Você acha que esse preconceito linguístico atrapalha no seu desenvolvimento em sala de aula? Por quê?

7. Análise dos dados

A análise dos dados é o momento de ler e apreciar tudo o que foi coletado até o momento, realizando a decodificação necessária para se chegar a um resultado concreto. Para Carvalho (2000) a análise de dados é “[...] a etapa de classificação e organização das informações coletadas, tendo em vista os objetivos do trabalho.”

Durante as aulas foram observados traços das falas tanto da professora quanto dos alunos, e, ainda, suas posturas e atitudes em determinadas situações. Além da fala, foi observada também uma atividade envolvendo a produção escrita de um relato pessoal.

Diante das observações, foram destacados alguns registros na fala dos alunos: “A gente fomos”, “Essa muié”, “Ontem feizi muito frio”, “Ela tarra me pirraçando”, “Cê feiz a tarefa?”, “Nóis já leu”, “Falta quantos minuto pra nóis sair?”, “Empresta pa mim”, entre outros.

As principais formas de variação constatadas foram relativas à concordância verbal e nominal, como em “Nóis já leu” ou “Falta quantos minuto”, onde há a marcação do plural em apenas um dos sintagmas; questões de variação em traços fonéticos na pronúncia como exemplo “muié”, em lugar de mulher; supressão do “r” vibrante como em “pa mim”. No geral, constatou-se o uso mais frequente de variantes regionais, sociais e gírias. Um caso que chamou bastante a atenção foi o de um aluno, que segundo a professora chegou da Bahia há poucos meses, onde além dos traços linguísticos próprios do

sotaque baiano, também apresentava um problema fonológico (ele demonstrava dificuldade em pronunciar o som do X: Dizia Sissi, em vez de xixi; Sapéu, no lugar de chapéu).

Em alguns momentos a professora falava com os alunos de maneira informal, por vezes até com gírias, permitindo uma maior inserção e aceitação da realidade linguística dos alunos, fazendo uma aproximação entre a sua realidade linguística e a deles.

Durante os momentos de aula, a professora solicitava que os alunos fizessem a leitura de determinadas situações. Todos tinham a sua vez de ler, inclusive eles já sabiam que a leitura seguia a ordem da fileira. Portanto, quando a professora dizia “próximo”, o aluno de trás já começava a ler imediatamente. Mesmo os alunos que não eram leitores fluentes participavam deste processo, alguns deles contando com o auxílio da professora.

Essa é uma prática bastante favorável, pois permite a todos da sala terem a oportunidade de praticar a leitura. Aos alunos que porventura realizavam a leitura errônea de alguma palavra, a professora, no mesmo instante, realizava a correção, reforçando qual era a forma correta de ler aquela palavra.

Na turma observada, notou-se a presença marcante de variedades regionais, sociais e gírias. Pelo fato de falarem de forma diferente dos demais indivíduos, acabam sendo vítimas de chacota e risada. E o pior é que essas atitudes acabam sendo reproduzidas, pois quem é vítima, ao mesmo tempo, também faz outro de vítima, transformando o preconceito linguístico em um ciclo.

Ao observar a produção textual dos alunos, também notava-se a forte presença de palavras escritas como na forma que são ditas: as crianças reproduziam na escrita as palavras da mesma forma que falavam, e isso acarretava em erros ortográficos gritantes. Numa das produções, percebi alguns erros como “Olhou mais uma veis”, “Eles seguiu enfrente” (problemas de concordância e segmentação também), “Disconfiado”, “Ele não tava”, “Eu num falei”, etc.

Outro problema que foi observado é o caso dos alunos recebidos ao longo do ano, principalmente os advindos do Nordeste: todos eles demonstravam maiores dificuldades de aprendizagem e se encontravam em um nível de desenvolvimento abaixo do esperado para o 5º ano.

8. Discussão dos dados

A escrita é usada de forma simultânea com a oralidade em alguns domínios sociais básicos do nosso convívio social, como a escola, o trabalho, a família, a reunião de amigos, etc. Em cada um desses contextos, aquilo que escrevemos tem objetivos e propósitos diferentes em nossa relação com o mundo. Assim, escrever um texto exige planejamento, organização das ideias e adequação ao uso, pois “Como a língua é um fenômeno social, cujo uso é regido por normas culturais, além de ter domínio das regras

internas da língua, os falantes têm de usá-lo de forma adequada à situação de fala.” (BORTONI, RICARDO, 2004, p. 78).

Compreender os fatores linguísticos e sociais responsáveis pela variação parece ser o primeiro passo rumo à identificação de fronteiras entre os diferentes falares de uma língua e uso das normas pela comunidade linguística. E a escola tem a obrigação de oferecer condições para que os alunos possam compreender melhor a sociedade em que vivemos, sobretudo para entender a noção de certo e errado, o que desencadeia a estigmatização em relação ao uso de variedades não-padrão.

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo, saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa – dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem. (BRASIL, 2001, p. 31)

Em outras palavras, caso a escola tenha como meta preservar a variante não-padrão junto ao ensino da variante padrão, é fundamental incentivar o aluno a adquirir esta última, sem menosprezar ou emitir julgamentos negativos à variedade não-padrão. Isto porque esta variedade é usada frequentemente fora da sala de aula, muito recorrente na comunidade e no seio familiar em que a criança vive.

A sociolinguística chama a atenção sobre a grande variedade de registros escritos, e também a respeito das semelhanças e diferenças entre oralidade e escrita. Portanto, numa perspectiva da sociolinguística, o professor precisa saber quais são as funções naturais da escrita nas diferentes etapas do desenvolvimento do aluno no ensino: escrever um bilhete, uma carta a amigos, escrever uma carta formal, um poema, um aviso, etc. Esse tipo de informação pode contribuir para melhoria do ensino funcional da escrita, se levado em consideração aspectos básicos.

Uma boa forma de se trabalhar a oralidade e a escrita em sala de aula é fazendo uso de Histórias em Quadrinho. A HQ tem como ponto de partida a discursividade, levando-se em consideração que as manifestações discursivas estão sempre relacionadas a um tipo de atividade humana e sempre marcadas por um sistema de valores que se entrecruzam, discordam, concordam, questionam, respondem, complementam, concorrem entre si (BAKHTIN, 2003 p. 261-262) e o discurso é “definido não como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de informar, mas da relação de sentidos estabelecida entre eles num contexto social e histórico” (ORLANDI, 1986, p. 62).

Os quadrinhos revelam-se como um material riquíssimo, pois, na co-construção de sentido que caracteriza o processo de leitura, texto e desenhos desempenham papel central. Nas HQs, as imagens, os enunciados e os ícones unem-se para que haja a produção de sentidos dirigidos aos leitores de diversas idades, de diversos gostos, de diversas regiões do Brasil, cada uma com sua especificidade cultural e, no entanto, apesar dessas diversidades, conseguem abranger um grande público. Por isso, a escola deve favorecer aos educandos também este tipo de gênero textual.

As HQs são também merecedoras de destaque no tocante ao papel que têm, pois muitas vezes, é o único tipo de leitura de alguns grupos sociais. E, nesse aspecto, que o português brasileiro aí veiculado também se reveste de importância enquanto manifestação linguística de uma comunidade, num determinado tempo e espaço, essa linguagem, ao ser registrada, reveste-se de significado na medida em que os textos devolvem a seus leitores as formas linguísticas por ele utilizadas (MENON; LAMBACH; LANDARIN, 2005, p. 103).

De acordo com Marcuschi, as HQs realizam-se no meio escrito, mas buscam reproduzir a fala (geralmente conversa informal) nos balões, com a presença constante de interjeições, reduções vocabulares, etc.

Outra alternativa, principalmente aos alunos que apresentam problemas fonológicos, é a ação de encaminhamento do mesmo a um profissional da saúde, mais precisamente de um fonoaudiólogo.

Os alunos que apresentavam nível de desenvolvimento abaixo do esperado, segundo informações da professora, já haviam sido encaminhados ao psicopedagogo do município.

9. Considerações Finais

O ensino ainda tradicional em nosso país, além de defasado, no que diz respeito a gramática, torna o sistema ensino/aprendizagem mais propenso as práticas do preconceito linguístico, pois sendo baseado na norma padrão, transmite a ideia de ser a única existente, menosprezando as inúmeras variáveis linguísticas que encontramos no Brasil. O presente trabalho de conclusão de curso, teve como objetivo estudar o preconceito linguístico no ambiente escolar, observando se a linguagem, apoiando se em bibliografias que dissertam a respeito e uma pesquisa de campo.

Onde ficou visível que o preconceito linguístico ocorre de diversas formas, seja por meio de violência física, verbal ou psicológica, podendo ocorrer conjuntamente. E essa violência atinge principalmente as regiões mais pobres e em situação de vulnerabilidade, onde não ocorre um ensino de qualidade, desprovidos de conhecimento cultural, o que faz com que os menos favorecidos sejam taxados como ignorantes, caipiras etc. Sendo vítimas de bullying. Sendo que, todas as variedades linguísticas do nosso país têm valor e deve ser considerada.

A escola no geral, desde o corpo docente considerando as práticas pedagógicas adotadas até os alunos, detém o poder de desmistificar este preconceito. O que acarretara inclusive o desenvolvimento intelectual dos alunos. Esta forma de violência deve ser severamente combatida nas instituições de ensino, pois o ambiente escolar é parte importante até mesmo no caráter dos seres humanos. De fato, o que está errado não são as variáveis linguísticas e sim o preconceito.

Mas para que isto ocorra satisfatoriamente, vemos que se faz necessário principalmente que os professores de Língua Portuguesa, trabalhem de forma mais dinâmica, aberta e inclusiva, apresentando as variantes linguísticas e combatendo o preconceito com veemência, afinal todo preconceito é fruto da falta de conhecimento.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BEZERRA, Lorraine Souza. **A influência do preconceito linguístico no ensino de língua portuguesa.** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-influencia-do-preconceito-linguistico-no-ensino-de-ligua-portuguesa.htm>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília, 144p.
- CARVALHO, Solange Carlos. **Preconceito Linguístico: o papel do professor.** 2021. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/preconceito-linguistico-o-papel-do-professor/>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- CARVALHO (ORG.), Maria Cecília M. de. **Construindo o saber: Metodologia científica-Fundamentos e técnicas.** 9.ed. São Paulo: Papyrus, 2000.
- CASTILHO, Ataliba T. de; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2015. 471 p.
- FERNANDES, Márcia. **História da Escrita.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-escrita/>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciência sociais.** 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOMES, Eduardo de Castro. **A escrita na História da humanidade.** 2011. Disponível em: https://aescritaeohomem.blogspot.com/2011/03/escrita-na-historia-da-humanidade_4223.html. Acesso em: 09 nov. 2022.
- MACHADO NETO, Hugo Ferreira. **O Preconceito Linguístico: relação alunos e ensino.** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-preconceito-linguistico-relacao-alunos-ensino.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- MACIEL, Lorraine de Souza. **O preconceito linguístico e sua relação com a aprendizagem de alunos do 7º ano.** 2014. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Letras, Centro Universitário de Brasília - Uniceub, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Brasília, 2014.
- RIQUE, Itamara Jamilly C. **Preconceito Linguístico: sociedade, escola e o ensino de português.** 2012. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.
- RODRIGUES, Leonardo Tulio. **Diversidade engrandece a língua portuguesa.** 2021. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/diversidade-engrandece-a-lingua-portuguesa>. Acesso em: 09 nov. 2022.